

Humphrey Bogart nunca disse “*play it again, Sam*”, em Casablanca. Nem Sherlock Holmes, “*elementary, my dear Watson*”. Tampouco Jacques Lacan recomendou “*ne pas céder sur son désir*”, no *Seminário*.¹ Esta versão recolhe o que restou da sua tentativa de teorizar uma ética da psicanálise, em 1959. Sabemos, antes pelos jornalistas que pelos psicanalistas, que a verdade está mais do lado da versão que dos fatos. Também não ignoramos o quanto o comentário das versões lacanianas se presta à leitura odiosa ou amorosa. Uma, que se pretende além da transferência, vê na versão a verdade inconsciente do autor. A carta que ele se enviara através do Outro (opção de Guyomard²). A outra, quer defender o mestre da incompreensão dos discípulos, que não souberam entender sua verdadeira mensagem (postura de Colette Soler³).

*

A tese do seminário de 59/60 sugere que a psicanálise rompe com a moral clássica ao revelar a moralidade comandada por ideais derivados do narcisismo. Esta revelação deixaria a filosofia moral órfã de um

1

parte deste capítulo apareceu, numa primeira versão, na coletânea *Idéias de Lacan*, O. Cesarotto (org.), São Paulo: Iluminuras, 1995

2

Patrick Guyomard, 1993. "Tal é a questão de Édipo: pode-se consentir à maldição sem transmiti-la? Édipo, modelo laciano do consentimento ao próprio destino, recusa-se a isentar seus filhos. Ele acrescenta mesmo a carga sem hesitação. A análise conduz a este tipo de herói, "irreconciliado" por sempre, tanto consigo mesmo como com os outros? O leitor de Lacan que ler Sófocles deve enfrentar esta questão: *ou bem Lacan se serve indevidamente dos modelos heróicos... que contradizem seu discurso, ou bem estes heróis enunciam claramente aquilo que o discurso hesita a dizer*" (p.101, meu grifo).

3

Colette Soler, 1984.

princípio à luz do qual fosse possível avaliar a justeza do próprio agir. O conceito de *desejo inconsciente* aparece aqui mais para problematizar o apelo da filosofia moral ao Soberano Bem que para preencher uma lacuna que, no fundo, ele mesmo cria. Mal se vê, com efeito, como o desejo inconsciente poderia ser esse princípio de avaliação dos meus atos sem eu me chamar Brás Cubas. Porque o *désir* é relativo à cadeia significante —metonímico, portanto— e só pode considerar-se efetuado (ou não) na morte: o derradeiro *point de capiton*. Apenas no "juízo final" alguém poderia determinar se o vetor que descreve a curva de sua vida tem o mesmo sentido que o destino traçado pelo desejo inconsciente. Esta última observação é do próprio Lacan.

Os lacanianos, não obstante, não hesitaram em indicar o desejo inconsciente, que só pode ser identificado através dos próprios atos, como o padrão de avaliação destes mesmos atos (*a priori*, portanto). Este mal-entendido, em princípio, cômico, porque manifesta uma interpretação neurótica da noção de *désir*, deu origem a uma palavra-de ordem muito menos engraçada. Um verdadeiro imperativo categórico que os analistas pensavam estar-lhes endereçado: *não cederás no que tange a teu desejo!*⁴

4

Não me proponho discutir se esta injunção estava dirigida ou não aos analistas, mas se está justificado transformar uma constatação numa prescrição.

Há uma observação de Lacan sobre a psicanálise, que deve permitir ao sujeito saber "se quer o que deseja". Não lembro onde está escrita, mas sei muito bem quando li. Foi em 1980, durante as jornadas sobre "A Ética e o Ato Analítico", promovidas pela *Escuela Freudiana de Buenos Aires*. Eu tinha me tornado analisando de um dos seus membros, e andava pelo meu próprio discurso qual soldado em cidade ocupada: a esperar um franco-atirador a cada esquina. Ir à sessão sob a injunção de um: "deve-se querer o que se deseja" (versão assumida do "não cederás...") era, para dizer o mínimo, muito pouco encorajador da associação livre. Em todo caso, o condicional era como que um refúgio porque permitia supor que ninguém estava obrigado a querer (alguém poderia não querer) o que deseja. Animado por esta nuance e durante uma conferência plenária dedicada a elogiar o herói psicanalítico (que não cedia), lancei a seguinte pérola: "Uma ética baseada na exigência de querer o que se deseja, não seria igual a propor a perversão como saída para a neurose?" Ou, por outra, estavam acaso dizendo que a perversão era um ideal *também* para os analistas⁵ ?

Enfim, a declaração que, sim, consta do seminário (aula de seis de julho de 1960) é a seguinte:

⁵

A neurose é o negativo da perversão, etc.

Eu proponho que do único de que se pode ser culpado, pelo menos na perspectiva analítica, é de se ter cedido de seu desejo. Esta proposição, aceitável ou não dentro de tal ou qual ética, exprime muito bem aquilo que constatamos na nossa experiência. Em última instância, isso de que o sujeito se sente efetivamente culpado quando ele embarca na culpabilidade... é sempre, no fundo, por ter cedido de seu desejo.”

Note-se o "constatamos que...", de Lacan. O que constatamos? Que o desejo inconsciente é um dever incondicional *para o neurótico*, e que a sua impotência para estar à altura deixa-o culpado. Em outras palavras, a tradução subjetiva do dever de nunca ceder é a culpa. Para simplificar, acredito que Lacan rediz, à sua maneira, a tese Freudiana sobre o supereu que consta de *O mal-estar na civilização*: tanto mais culpados quanto mais virtuosos. E me pergunto se o mandamento que Lacan pós na boca do supereu em 1973: "Goza!", não é uma reformulação implícita do "não cederás de teu desejo". Reformulação que visava corrigir o modo como fora lido em 1960⁷.

Em todo caso, o sintoma é a resposta antecipada que o sujeito (se) da ao mandado: "deves realizar o teu desejo" (assassino, suicida ou incestuoso) —ou seja, "deves gozar". Tornar-se neurótico seria, pois, responder sintomaticamente antes mesmo de poder reconhecer-se como destinatário da ordem que se obedece. O recalque é uma espécie de

6

“Je propose que la seule chose dont on puisse être coupable, au moins dans la perspective analytique, c'est d'avoir cédé sur son désir... Cette proposition, recevable ou non dans telle ou telle éthique, exprime assez bien ce que nous constatons dans notre expérience. Au dernier terme, ce dont le sujet se sent effectivement coupable quand il fait de la culpabilité... c'est toujours, à la racine, pour autant qu'il a cédé sur son désir.” Lacan, 1986, p.368. Para o ponto problemático ("ceder sur son désir") estou me baseando, sem muita convicção, na tradução de Antônio Quinet, responsável pela versão brasileira de Imago. Imagino que ele deve ter querido fazer deste "não ceder de seu desejo" uma expressão próxima de "não cair de seu cavalo".

7

“Ainda vão fazer da psicanálise a religião do desejo”, ironizava em 1975.

decisão anterior à opção de querer ou não o que se deseja⁸. Ele já optara e não sabia. De uma psicanálise espera-se que leve o neurótico a perceber que, mesmo tendo sido forçado à escolha do recalque, ele não é menos responsável por ela. Mas, reabrir a dimensão de escolha que o recalque comporta, só pode ser o contrário de reforçar o imperativo que provocara este último em primeiro lugar. E tal operação nunca poderia ser ilustrada com um voto como *ne pas céder sur son désir*.

Com bom senso clínico, Guyomard sugere⁹ que a desleitura¹⁰ foi induzida pela dificuldade neurótica de diferenciar (ou melhor, pelo fato de Lacan jamais ter feito explícita esta diferença) o desejo indestrutível (qualquer desejo) de uma posição subjetiva irreduzível, que, embora seja relativa a um desejo, pode muito bem testemunhar a derradeira defesa contra este último. “A irreduzibilidade vale, por si só, como critério de verdade, tanto quanto o sacrifício por uma causa é razão suficiente para tornar esta causa justa”.

Não obstante sua fina crítica, o autor não resiste a tentação de argumentar *ad hominem*, fazendo do Lacan um leitor neurótico de

8

Ouvi dizer que o imperativo de não ceder refere-se à "condição desejante enquanto tal, não aos conteúdos do desejo, essencialmente ilusórios". Não convence. De que outra maneira revela-se o desejante em alguém, se não através do que ele persegue na vida; através de seus atos concretos? Que o objeto seja causa e não alvo do desejo, não quer dizer que inexistia ou que seja uma instância imaginária.

9

Guyomard, 1993, p. 26.

10

O termo é de Harold Bloom. Leia-se *Um mapa da desleitura*, Rio: Imago, 1995

Sófocles. Ele teria lido *Édipo em Colona* através do filtro de sua fantasia (masoquista?). Assim encaminhada, a crítica o leva a afirmar que o desejo puro, como puro desejo de morte —que está no Lacan—, ilustraria, via Antígona, “a verdade do desejo enquanto potência da recusa ligada à escolha da morte [...], oferecida aos pacientes e analistas como modelo de uma ética do desejo”¹¹ —que está menos no Lacan que nos lacanianos.

*

Não me parece indiferente que o único seminário preparado para publicação pelo próprio punho do mestre fosse o empenhado no modelo trágico da ética psicanalítica. Gostava do que tinha feito. E quando retoma o assunto de través, mais de uma década depois, não é sem uma ponta de pena que declara: “Acontece que não publiquei *A ética da psicanálise*”¹². A prudência, ou talvez a constatação de sua imprudência, o fizeram abandonar a busca positiva do Bem que pudesse orientar e dar sua medida à ação psicanalítica. A propósito, foi esta ênfase na dimensão de ato inerente à *praxis* analítica que o levou a escolher o tema, para começar. “Trata-se de penetrar no problema de nossa própria ação, que é a essência, o fundamento mesmo de toda reflexão ética.”¹³

11

Guyomard, op. cit.

12

Lacan, 1975, p. 9

13

Lacan, sem vii, p. 27

Lacan interroga os analistas presentes sobre a relação entre seu desejo e a ação analítica. É uma pergunta ética.¹⁴ De modo algum se pode derivar dela uma prescrição moral, um “deves”. Do que se trata é de dar conta das molas do próprio ato. O *ethos* dos analistas, se existir, se define em virtude da resposta dada a esta pergunta.

Tampouco há de confundir-se esta preocupação pelo ato analítico, com as regras deontológicas que existem de uma ou outra maneira em toda profissão e que, no caso desta, dependem bastante do quadro teórico-clínico das diferentes escolas. As modificações no *setting*, por cuja causa Lacan foi excluído da *didática* —não do exercício clínico ou da sua condição de membro¹⁵—, foram tratadas pela IPA como faltas deontológicas, transgressões ao padrão estabelecido, não como faltas éticas.

Vale a pena lembrar que a ética é sempre *de* alguma coisa, ou se exerce *em nome* de algo; “[...] concerne ao ato, ao responsável, ao que decide. Dizer que alguém não tem ética significa que tem outra ética (o que lhe é negado, posto que a ética própria passou a ser, em si mesma,

¹⁴

“[Na década de sessenta] Lacan propõe uma ética do desejo. Uma ética do desejo contra a culpa. Com ela tenta responder à questão do fundamento psicanalítico de uma ética, inclusive da ética em si. Não se trata contudo de uma ética psicanalítica, mas antes de uma ética que levasse em consideração a teoria e experiência analíticas [...] Não estaria reservada por princípio aos analistas, e talvez menos a eles que a qualquer um, se acreditarmos nos julgamentos de Lacan acerca de muitos dos seus colegas. *Esta ética destinar-se-ia aos analisados* [...]” Este parágrafo foi retirado de um livro posterior (Guyomard, 1999. p.107), que comento detalhadamente a seguir. Eu sublinho.

¹⁵

Roudinesco, 1993.

uma ‘moral’).¹⁶ Nove anos depois, *O Seminário* ruma nesta direção. Abandona a procura de princípios ou valores universais, e passa a referir a ética ao discurso. E cada discurso tem a sua.¹⁷ O do psicanalista (aqui é crucial não adjetivar “psicanalítico”) tem, portanto, uma. Mas o mesmo pode ser dito dos outros três (ou quatro, conforme se mire a minha proposta de um discurso do cínico). O importante é que não há apenas uma. “A resposta que Lacan da em 1973 (muito diferente da de 1960) abre a possibilidade de outras éticas, de outras especificações da ética relativa ao discurso da psicanálise. ‘É isso que eu faço, extrair da minha prática a ética do dizer-bem (*bien-dire*).’”¹⁸

Já não se trata da doutrina, nem sequer da *praxis* analítica, senão de extrair a ética “da minha prática”. Concerne menos à psicanálise que ao psicanalista que Lacan era. E dificilmente poderia aspirar à universalidade sem sofrer a admonição que valia para o estilo: “Façam como eu, não me imitem!”¹⁹ (Admoestação que não deixou de incentivar

¹⁶

Guyomard, 1999, *op. cit.*, p. 22. Neste livro, escrito cinco anos depois do que acabo de comentar, o autor adota uma distinção entre moral e ética filosoficamente irrelevante (aquela é a tradução latina do *ethos* grego), mas que fez sucesso entre os psicanalistas por deixar a primeira no terreno da obediência e do hábito, enquanto se reserva, para a Segunda, a escolha e a liberdade. A fronteira entre ambas é, contudo, bastante tênue. Para o dicionário (o bom e velho Aurélio, não desmentido nem por Ferrater Mora, nem por Avagnano, nem por Lalande), a ética consiste no “estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto.” E a moral, no “conjunto de regras de conduta consideradas como válidas, quer de modo absoluto para qualquer tempo ou lugar, quer para grupo ou pessoa determinada.”

¹⁷

Lacan, 1991

¹⁸

Guyomard, 1999, p. 23, e sua citação de Lacan (*Television*, p. 65).

¹⁹

Lacan, 1974

variadas paródias do estilo “inimitável”; assim como não menos paradoxais que submissas obediências ao mandamento de transgredí-lo.) Como o estilo, toda ética se presta à impostura. “Transforma-se em moral e ideologia quando se corta de suas condições de enunciação”²⁰

E Freud, que escrevera ao pastor Pfister que a ética lhe era alheia²¹ ? Se dirigia ao amigo a título de quê? De analista? Ele afirmava o valor do conhecimento e o direito de saber mais. Mirava-se no Leonardo, explorador da Natureza, de quem deplorava os impedimentos neuróticos que lhe obscureciam o bom senso. Ora, se o juízo libera, o psicanalista deve liberar o juízo. “Fazer vir à tona os recalcamientos e substituí-los por atos de juízo, que possam desembocar na aceitação ou na rejeição do que antes fora repelido.”²²

Sem pronunciar-se, portanto, sobre o destino do recalcado, que entrega nas mãos do interessado. Como nota, com extrema pertinência, Guyomard²³, tal juízo é ao mesmo tempo uma verificação clínica da

²⁰

Guyomard, op. cit., p. 168.

²¹

“Há um ponto que não me satisfaz: é a contestação da minha ‘teoria sexual’ e da minha ‘ética’. Para ser-lhe franco, dou-lhe esta última: a ética me é alheia e o senhor é pastor de almas.” Carta de Freud a Pfister, 9 de outubro de 1918. *Correspondencia 1909-1939, Freud- Pfister*. Bs As: Fondo de cultura económica, 1966, trad. de Matilde Rodríguez Cabo.

²²

“Presentación autobiográfica”, AE, vol XX.

²³

Guyomard, op. cit., p. 124.

psicanálise e uma postura ética. Freud espera do neurótico que desista do recalque, se encarregue do que antes não queria saber e, a partir dali, decida. Negar-se a escolher no seu lugar é uma decisão ética. “Nós liberamos a sexualidade graças ao nosso tratamento, mas não para que o homem, daí por diante, seja dominado por ela, e, sim, para tornar possível um juízo condenatório [*Urteilsverwerfung*] —uma rejeição dos instintos sob a orientação de um agente superior [...] Procuramos substituir o processo patológico pelo juízo condenatório.”²⁴

Esta noção de “juízo de condenação” seria a pedra de toque da ética do psicanalista Freud. E se firma como *oposta à da censura*, própria do neurótico (já que a neurose, como disse antes, é uma ética²⁵). Mas também convergem e se enlaçam ali as convicções e os valores do cidadão Freud. Com efeito, ao passo que a pesquisa científica e a terapia caminham juntas, “a perspectiva que assegura esta conjunção é exterior à análise, depende do que para Freud e outros homens de seu tempo [que evidentemente não exerciam a psicanálise] era a ciência e os diferentes aspectos (em particular, humanos, intelectuais e políticos) que faziam valiosa a atividade científica.”²⁶

*

24

Minutes, vol ii, p.89

25

Atinente ao discurso da histérica. *Supra* 3.3.2 p. 208.

26

Guyomard, op. cit, p. 126

Depois de refutar a fundamentação lacaniana de 1960, Guyomard se interroga sobre a tentativa mesma de teorizar uma ética *da* psicanálise. E avança a conclusão audaz de que não há, nem pode haver, tal coisa. “A idéia de uma ética *psicanalítica*, no duplo sentido de uma ética derivada da psicanálise e própria dos psicanalistas, é alheia [à psicanálise]”.²⁷ Para fundá-la, esta última precisaria tornar-se uma concepção do mundo. E Freud não estava interessado numa cosmovisão, mas em fazer reconhecer sua doutrina pela comunidade dos cientistas²⁸, nas mesmas condições de qualquer atividade científica, cuja única garantia era a liberdade do pensamento garantida por um Estado de direito.²⁹

Por outro lado, Freud sabia muito bem que, ao aplicar o método, cada psicanalista testemunhava sua própria experiência com a transferência. E teve de aceitar, talvez a contragosto, que a objetividade técnica carregasse as marcas de cada percurso particular.³⁰ A recomendação de analisar-se para exercer a psicanálise não é exterior ao

27

Guyomard, op. cit. p.167. Eu grifo.

28

“A psicanálise, enquanto ciência especializada [...], é absolutamente inepta para dar forma a uma *Weltanschauung* própria, e deve aceitar à da ciência.” Freud, *Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis*, AE, XXII

29

Freud, “Pueden los legos ejercer el análisis?”, AE, vol XX

30

As dificuldades de Ferenczi com o ódio transferencial durante sua análise, por exemplo, decidiram, em parte, sua orientação e seu estilo clínicos, mas quem negaria que ele foi um grande analista?

método, mas inerente a ele.³¹ A pergunta pelos meios e os fins da sua ação não é a mesma para o físico e para o psicanalista. Na psicanálise não existe um hiato entre a teoria e a técnica a que dá lugar, visto que se trata de uma prática, e “a noção de uma prática sem ética equivaleria a negar que nela encontra-se implicado um sujeito.”³² Contudo, ao invés de interrogar a ética *da* psicanálise, convém perguntar pela ética *na* psicanálise, e, por extensão, a ética *do psicanalista*.

RICARDO GOLDENBERG

Texto publicado no livro Ideias de Lacan, Oscar Cesarotto (org.) São Paulo: Iluminuras. 1995

³¹

“O analista faz parte do conceito de inconsciente”. Lacan, 1973^b

³²

Guyomard, 1999, p.12